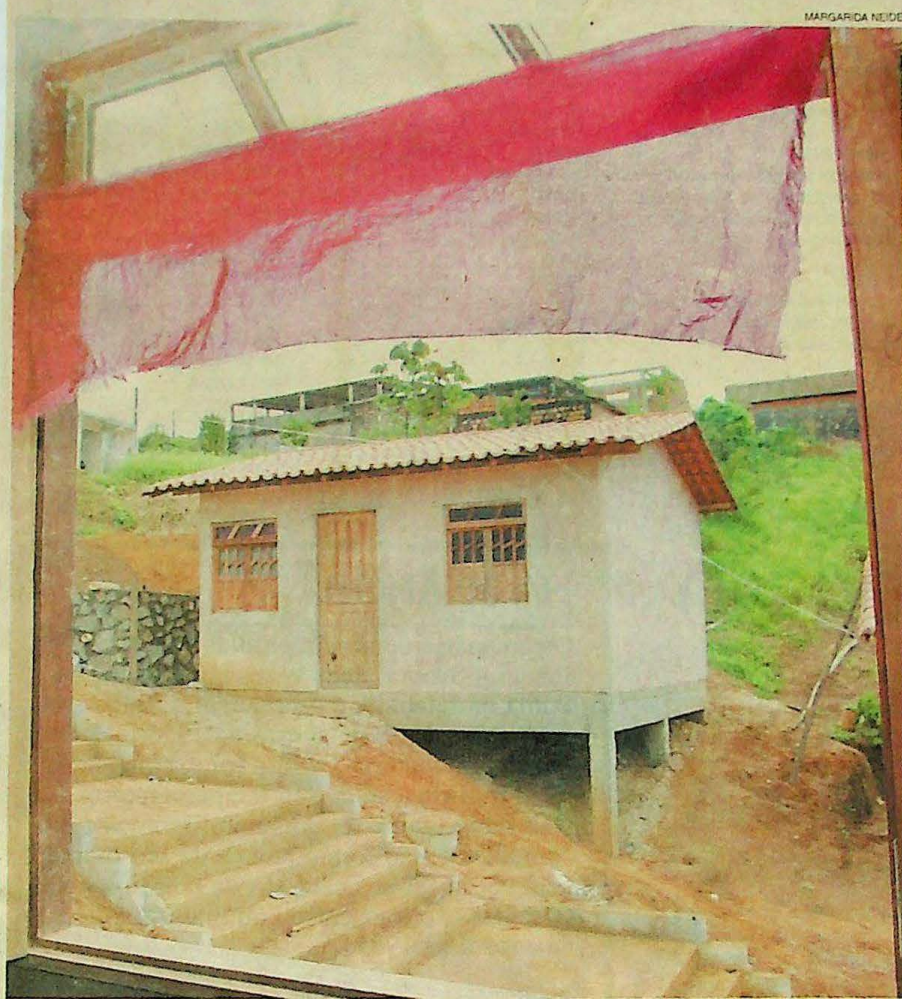


PMS	ITALY	GERMANY
BIBLIOTECA		
Nome	A Tenda	
Data	20/02/05	
Classificação	Local	13
Série		
Assunto	Habitação	

Prefeitura alimenta esperança de sem-teto

Ocupantes do Clube Português fornecem declarações para financiamento de 85 casas, mas ainda não há recurso à vista



Em Valéria, apenas 25 casas foram construídas, mas ainda faltam 75 unidades

KATHERINE FUNKE
E NIKAS ROCHA

As 85 famílias sem-teto instaladas no Clube Português que foram cadastradas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) no mês passado tiveram renovada, ontem pela manhã, a esperança de conseguir casa própria: técnicos da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) recolheram declarações destinadas à tentativa de buscar financiamento em algum programa federal de habitação para a construção de casas em Pernambuco.

A iniciativa da prefeitura, no entanto, não significa nenhum avanço concreto. Segundo a arquiteta Ângela Gordilho, titular da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), não há nada confirmado a respeito da construção dessas casas. A prefeitura necessita de verbas federais, mas ainda não as solicitou. Os documentos recolhidos ontem servem para integrar o projeto a ser enviado.

A possível linha de financiamento para as 85 casas seria o Programa de Subsídio Habitacional, da Caixa Econômica Federal, de acordo com o técnico da Sehab João Pereira. O programa é voltado para a população de baixa renda e atenderia ao perfil dos sem-teto, formado na maioria por desempregados que sobrevivem de pequenos biscates, com renda bruta máxima de R\$200.

Já para Idelmário Proença, um dos coordenadores do MSTs, a

vinda dos técnicos significa, sim, um avanço. Ele crê que a pressa da Sehab em recolher os documentos já sinalizaria uma linha de financiamento à vista. Mas avisa para quem está pensando em aderir à ocupação do Clube pensando em conseguir uma casa: não há mais vagas.

"Parece contraditório, pois nosso objetivo é a inclusão social, mas não podemos aceitar mais ninguém aqui, pois seria injusto com os 3 mil companheiros que estão mobilizados há mais de um ano à espera de entrar em alguma ocupação", explica.

Doze famílias do próprio Clube ficaram de fora da lista por não atenderem aos critérios de seleção do próprio movimento, como número de filhos, idade e parentesco com integrantes cadastrados. Na declaração assinada ontem, os sem-teto informam não serem proprietários de imóveis residenciais, não participar de programas de financiamento imobiliário e ter uma renda bruta mensal de R\$200.

A movimentação em torno da burocracia animou os sem-teto. "Agora estou confiante, mas estava pensando em voltar para o quatinho da casa da minha mãe", disse a desempregada Rosigreide de Jesus Santana, 26 anos, mãe de três filhos, para quem assinar o documento foi o único presente de aniversário.

Nos outros acampamentos dos sem-teto, a inveja dos companheiros do Clube Português é grande. Afinal, pelo menos eles já têm a

atenção do governo municipal, enquanto a maioria dos 36 mil cadastrados no movimento não têm expectativas.

As lideranças estão tendo de explicar aos sem-teto que a pressa para remover a ocupação do Clube Português está relacionada ao interesse de investidores no imóvel, intermediada pelo compromisso municipal de retirar a ocupação do local. "Existe uma ideia de se buscar um aproveitamento do Clube para investimentos de entretenimento, mas primeiro precisamos relocar os sem-teto", confirmou João Pereira, técnico da Sehab.

VALÉRIA – Os sem-teto aguardam também o término da construção de 720 casas num terreno desapropriado, em Valéria, pela prefeitura. As obras estão paradas, à espera da liberação de mais recursos para a Coopred, cooperativa contratada pela Secomp para finalizar a construção de 100 casas, de acordo com o MSTs.

As casas deveriam estar prontas desde dezembro de 2003, se a prefeitura tivesse enviado um projeto de uso da verba disponibilizada pelo Ministério das Cidades até o dia 15 de dezembro. Como a Sehab estava em recesso, a verba de R\$1,5 milhão acabou sendo usada pelo governo do estado para obras de contenção de encosta e drenagem pluvial em Nova Brasília de Estrada Velha do Aeroporto, Vila Canária e Ilha Amarela.

Estado descumpre promessa

A verba do Ministério das Cidades foi liberada para o governo do Estado. Ao usar o dinheiro, o Estado se comprometeu em construir as 720 casas, num projeto que envolve 184 imóveis no Km-12, da Estrada Velha do Aeroporto, 300 no Dique do Cabrito (sendo 180 para os sem-teto e 120 para a demanda local) e mais 140 em Valéria. Dessas, apenas 28 casas no Dique do Cabrito estão prontas e outras 25 em Valéria.

O acordo firmado entre prefeitura e governo do estado envolveu também o MSTs, que foi o responsável por conseguir o recurso do Ministério. A demora na construção das

casas testa a paciência de quem não aguenta mais esperar para estar debaixo de um teto próprio. Mas, enquanto esperam, os sem-teto das 21 ocupações do MSTs na cidade têm lições de cidadania e solidariedade.

"Não sei se vai dar certo, mas aprendi que não adianta desistir de lutar", diz a desempregada Maria Neuza Damasceno Catureba, 23 anos, enquanto amamenta o filho de nove dias, num quarto sem privacidade em uma das salas do Clube Português. O marido vive de biscates e o casal, com dois filhos, não conseguiu bancar o aluguel de R\$180 em Pirajá.

Faltam 100 mil moradias

Em Salvador, o déficit habitacional é de 100 mil moradias. Outras 400 mil, já existentes, não têm regularização fundiária, condições de habitação ou estão em áreas sem infraestrutura urbana ou de risco, conforme estudos da Fundação João Pinheiro e o último Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

Mas o município não tem verba para, sozinho, suprir o déficit. Precisa de recursos federais. No entanto, o financiamento para a população de baixa renda, via governo federal, depende da regulamentação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, criado há dois meses.

Enquanto não há recursos do fundo, a prefeitura efetua parcerias com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal (CEF). "Só que para garantir verbas, a prefeitura precisa assegurar a contrapartida em recursos e terras", diz Ângela Gordilho, secretária municipal de habitação.

"Acontece que a prefeitura tem dificuldades para garantir a contrapartida, pois não conta com terras públicas e os recursos não são suficientes para a produção habitacional. Há dez anos, a prefeitura sozinha não construiu uma casa sequer", afirma a secretária.

Além das 85 casas para os sem-teto do Clube Português, a Sehab planeja outros 120 lotes urbanizados, em local ser escolhido, para sem-teto. A prefeitura também aguarda a

aprovação do Ministério das Cidades e da CEF, via Crédito Solidário, para 1.400 unidades habitacionais, sendo 500 para sem-teto, de acordo com a secretária.

O Programa de Regularização Fundiária entregou até agosto 2.500 títulos de erra. O mesmo número está previsto para ser regularizado até o final do ano, de acordo com a Sehab.

HISTÓRICO – A falta de moradias cresceu nos últimos 40 anos. Na década de 70, quando a política habitacional se realizava via Banco Nacional de Habitação (BNH), Salvador recebeu recursos para construir loteamentos para pessoas com renda acima de três salários mínimos.

A extinta Urbis, que construiu cerca de 55 mil unidades habitacionais na cidade, beneficiou a população na faixa entre três a cinco salários mínimos. Neste mesmo período, de acordo com Gordilho, a prefeitura conseguiu construir loteamentos públicos que beneficiaram 20 mil famílias, na faixa de um a três salários mínimos, em Nova Sussuarana, Canabrava, Coutos e na Boca do Rio.

A Caixa Econômica Federal assumiu o papel de agente financeiro na área habitacional desde 1986. Aos poucos, foram sendo implantados programas de subsídio habitacional, mas todos exigem a contrapartida de verbas municipais.